

# Metodologia de Construção

## Indicadores Plataforma Indicar

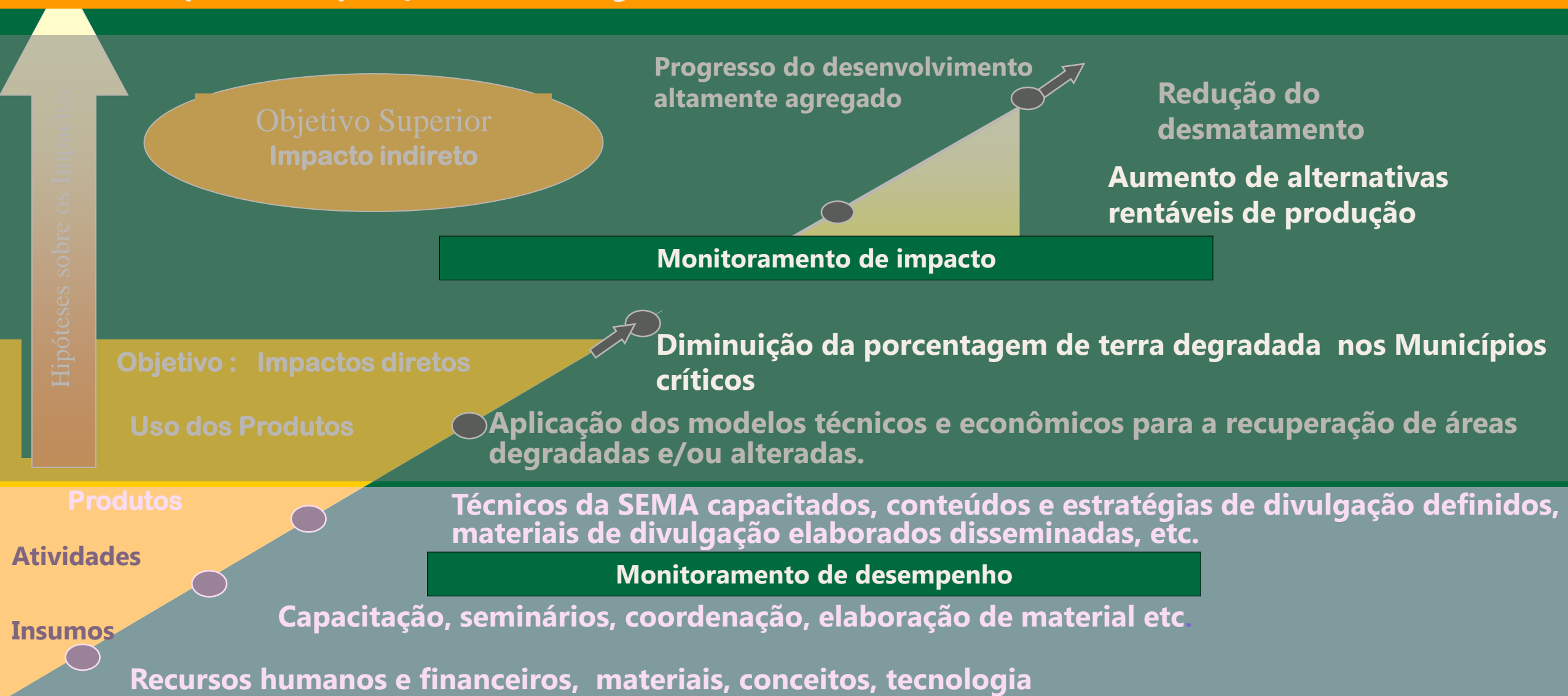
**Ana Carolina Crisostomo**

**CT Pacto Federativo**

**Março 2017**

# Modelo de Impacto linear

Criar e implementar ações participativas que permitam aos produtores ter acesso aos modelos técnicos e econômicos para a recuperação de áreas degradadas e/ou alteradas.



# Da implementação dos planos à observação dos impactos em campo

- A transição para a perspectiva de campo implica em desatrelar o olhar da estrutura dos planos e da implementação de suas ações.
- Para facilitar este processo, foi realizada uma análise transversal dos grandes temas abrangidos pelo PPCDAm e pelos PPCDs, no sentido de identificar as prioridades estratégicas para a prevenção e o controle do desmatamento na Amazônia.
- Baseado nas análises, objetivos e diretrizes do PPCDAm e PPCDs, foram formulados impactos desejáveis para os macrotemas, correspondendo às mudanças em campo pretendidas.
- Foram também propostos indicadores que sejam capazes de captar estas mudanças e que devem servir de balizadores para a análise dos indicadores identificados nas oficinas.

## Eixos e Macrotemas

<b>Ordenamento Territorial e Fundiário</b>	<b>Monitoramento e Controle</b>	<b>Atividades Produtivas Sustentáveis</b>
Instrumentos de Ordenamento Territorial	Monitoramento	Manejo Florestal Madeireiro
Unidades de Conservação (UCs)	Licenciamento	Extrativismo / Não-madeireiros
Terras Indígenas (TIs)	Fiscalização	Pecuária Sustentável
Regularização Fundiária	Responsabilização Ambiental	Agricultura Familiar e Assentamentos
	Regularização e Adequação Ambiental	Agricultura de Médio e Grande Porte
	Fortalecimento da Gestão Ambiental	Mecanismos de financiamento

## Eixo Ordenamento Territorial e Fundiário

Macrotema	Impacto desejável	Indicadores de Impacto Desejáveis
<b>Instrumentos de Ordenamento Territorial (OT)</b>	O uso das unidades territoriais / zonas ocorre de acordo com as diretrizes definidas pelos instrumentos de OT	<ul style="list-style-type: none"><li>• Grau de implementação das diretrizes de OT</li></ul>
<b>Unidades de Conservação (UCs)</b>	As áreas prioritárias para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade estão protegidas e são geridas de acordo com as diretrizes definidas em seus planos de manejo	<ul style="list-style-type: none"><li>• Número e área de UCs criadas</li><li>• Grau de avanço na efetividade do manejo</li><li>• Área desmatada no entorno / área desmatada no interior da UC</li></ul>
<b>Terras Indígenas (TIs)</b>	As Terras Indígenas estão reconhecidas e sua gestão ambiental contribui à prevenção e ao controle do desmatamento	<ul style="list-style-type: none"><li>• Número e área de TIs homologadas</li><li>• Grau de implementação das ações ambientais dos planos de gestão das TIs</li><li>• Área desmatada no entorno / área desmatada no interior da TI</li></ul>
<b>Regularização Fundiária</b>	O domínio fundiário de todas as áreas pode ser claramente identificado, permitindo a gestão da malha fundiária, a responsabilização ambiental e criando as bases para o fomento das atividades produtivas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Base unificada dos domínios fundiários disponível</li><li>• Área regularizada / área total do estado</li></ul>

## Eixo Monitoramento e Controle

Macrotema	Impacto desejável	Indicadores de Impacto Desejáveis
<b>Monitoramento Ambiental</b>	Os sistemas de monitoramento fornecem informações periódicas qualificadas e com destaque para áreas críticas e estratégicas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aferição da taxa de desmatamento (total e legal), degradação florestal, focos de calor, áreas queimadas e emissão de GEE para o estado e as áreas especiais (municípios, UCs, TIs, assentamentos, zonas prioritárias de OT, áreas no CAR, etc.)</li></ul>
<b>Licenciamento Ambiental</b>	O licenciamento ambiental controla os impactos sobre o desmatamento das atividades relevantes de forma eficaz	<ul style="list-style-type: none"><li>• Análise das licenças considera diretrizes de OT, análise da paisagem e impactos regionais agregados das atividades</li><li>• Área desmatada autorizada / área desmatada total</li><li>• Área de exploração florestal autorizada / área verificada</li><li>• Monitoramento efetivo das condicionantes das licenças</li></ul>
<b>Fiscalização</b>	A fiscalização previne ou identifica os danos ambientais relacionados ao desmatamento de forma eficaz	<ul style="list-style-type: none"><li>• Polígonos fiscalizados / total de polígonos desmatados</li><li>• Fiscalizações periódicas com base em planejamentos estratégicos integrados dos órgãos de controle</li></ul>
<b>Responsabilização Ambiental</b>	As penalidades relacionadas aos desmatamento são cumpridas e asseguram a reversão dos danos causados	<ul style="list-style-type: none"><li>• Número de autos de infração convertidos em sanções e penalidades</li><li>• Sanções e penalidades direcionadas à reversão dos danos</li></ul>
<b>Regularização e Adequação Ambiental dos Imóveis Rurais</b>	Os imóveis rurais cumprem com as obrigações legais de proteção da vegetação nativa.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Número e área dos imóveis rurais com cadastros validados</li><li>• Número e área de PRADAs em implementação e monitorados</li><li>• Área de APP e Reserva Legal em recuperação</li></ul>

## Eixo Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis

Macrotema	Impacto desejável	Indicadores de Impacto Desejáveis
<b>Manejo Florestal Madeireiro</b>	O manejo madeireiro obedece a critérios de sustentabilidade e sua comercialização ocorre pela via legal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Volume e valor comercializado de madeira legal</li> <li>• Área sob diferentes regimes de manejo (comunitário, pequena escala, empresarial e certificadas)</li> <li>• Participação dos produtos na geração de emprego e renda para os manejadores</li> </ul>
<b>Extrativismo / não-madeireiros</b>	A valorização dos produtos não-madeireiros torna sua extração sustentável mais atrativa que o desmatamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Volume e valor comercializado de produtos prioritários (castanha e látex, in natura e beneficiados)</li> <li>• Área dos planos de manejo</li> <li>• Participação dos produtos na geração de emprego e renda para os extrativistas</li> </ul>
<b>Pecuária Sustentável</b>	A adoção de boas práticas de pecuária sustentável contribui à intensificação da atividade e reduz a ocorrência de novos desmatamentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Taxa de lotação por hectare de pastagem</li> <li>• Litros de leite por hectare de pastagem</li> <li>• Área ocupada por pastos</li> <li>• Área degradada (pasto sujo e solo exposto) convertida para pasto limpo</li> </ul>
<b>Agricultura familiar e assentamentos</b>	A valorização dos produtos da agricultura familiar aumenta a sua viabilidade econômica e reduz a ocorrência de novos desmatamentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Volume e valor comercializado de produtos da agricultura familiar (in natura e beneficiados, de cadeias priorizadas), com destaque para programas como PAA e PNAE</li> <li>• Área ocupada por agricultura familiar e assentamentos</li> <li>• Participação dos produtos na geração de emprego e renda para os agricultores familiares</li> <li>• Número de famílias por técnicos qualificados em assistência a atividades e práticas sustentáveis</li> </ul>

## Eixo Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis (continuação)

Macrotema	Impacto desejável	Indicadores de Impacto Desejáveis
<b>Agricultura de médio e grande porte</b>	A adoção de boas práticas na agricultura de médio e grande porte reduz a ocorrência de novos desmatamentos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Áreas alteradas ou degradadas reocupadas por agricultura ou pecuária</li></ul>
<b>Mecanismos de financiamento</b>	Os recursos disponíveis para apoiar o fomento às atividades produtivas sustentáveis são suficientes e o acesso dos beneficiários aos mesmos é satisfatório	<ul style="list-style-type: none"><li>• Número de produtores que acessam créditos, especialmente mecanismos como Pronaf ou para boas práticas ambientais</li><li>• Volume de créditos liberados</li></ul>
<b>REDD e Pagamento por Serviços Ambientais</b>		<ul style="list-style-type: none"><li>• Área e número de produtores que detêm certificações</li><li>• Volume de recursos captados e desembolsados pelos mecanismos de PSA e REDD</li></ul>



# CENÁRIO ATUAL

**A DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA O ICMS ECOLÓGICO DEVE CONSIDERAR TRÊS IMPORTANTES PRINCÍPIOS :**

- (1) A FONTE DAS INFORMAÇÕES DEVE PROVIR DE ORGANISMOS OFICIAIS E DE FÁCIL CONSULTA;**
  
- (2) A PERIODICIDADE DA PUBLICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES PELAS FONTES OFICIAIS DEVE SER MENSAL E/OU ANUAL E;**
  
- (3) O CRITÉRIO ESCOLHIDO DEVE SER APLICÁVEL A TODOS OS MUNICÍPIOS OU, O A GRANDE MAIORIA DELES (COM OS CRITÉRIOS ATUAIS\*, APENAS UM POUCO MAIS DA METADE - 58% - DOS MUNICÍPIOS DO MATO GROSSO PARTICIPAM NO RATEIO DOS 5% DE VALOR ADICIONADO REFERENTES AO ICMS ECOLÓGICO)**

**\*CRITÉRIO ATUAL (MT): UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TERRITÓRIOS**

# UM NOVO CENÁRIO

**NOVOS CRITÉRIOS FORAM TESTADOS NO ICMS ECOLÓGICO DE MT:**

- 1. REDUÇÃO DO DESMATAMENTO,**
- 2. OCORRÊNCIA DE QUEIMADAS – FOCOS DE CARLOS**
- 3. SANEAMENTO BÁSICO**

**OBS: A PROPOSTA DE TESTAR O CRITÉRIO DE *GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL* NÃO FOI EXECUTADA POR AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS OFICIAIS E PERIÓDICAS QUE PERMITISSE, AVALIAR ESTA VARIÁVEL**

## **CENÁRIO 1**

### **ICMS Ecológico (5%)**

**Arrecadação anual = R\$ 1.848.013.322,65  
para 2015**

### **Distribuição:**

**Critérios de Áreas Protegidas em 2%,**

**Focos de Calor em 1%**

**Saneamento Básico em 1%**

**Redução do Desmatamento em 1%**

## **CENÁRIO 2**

### **ICMS Ecológico (8%)**

**Arrecadação anual = R\$ 1.848.013.322,65  
para 2015**

#### **Distribuição:**

**Áreas Protegidas em 4%**

**Focos de Calor em 2%,**

**Saneamento Básico em 1%**

**Redução do Desmatamento em 1%**

## **CENÁRIO 3**

### **ICMS Ecológico (9%)**

**Arrecadação anual de R\$ 1.848.013.322,65  
para 2015**

#### **Distribuição:**

**Áreas Protegidas em 3%**

**Focos de Calor em 3%**

**Saneamento Básico em 3%**

**Redução do Desmatamento em 3%**

# CONCLUSÃO:

- 1. O CRITÉRIO ATUAL - ÁREAS PROTEGIDAS - ABRANGE APENAS 58 MUNICÍPIOS.**
- 2. COM A ADOÇÃO DOS NOVOS CRITÉRIOS, APENAS 3 MUNICÍPIOS NÃO ALCANÇARAM PERFORMANCE SUFICIENTE PARA ACESSAR O RECURSO DO ICMS ECOLÓGICO: BOM JESUS DO ARAGUAIA, LUCIARA E PORTO ALEGRE DO NORTE**

**ISSO RETRATA UMA POSITIVA INCLUSÃO DE PRATICAMENTE TODOS OS MUNICÍPIOS DO MT PARA RECEBEREM RECURSOS DO ICMS ECOLÓGICO.**

# QUESTÕES JURÍDICAS – RECOMENDAÇÕES:

## AJUSTE DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL:

- **RETIRAR A NECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR PARA ALTERAÇÃO DE CRITÉRIOS DO TRIBUTO, SUBSTITUINDO ESTE INSTRUMENTO POR UMA LEI ORDINÁRIA.**
- **ISTO ELIMINA O ÔNUS DE TRAMITAÇÃO NA CASA LEGISLATIVA TODA VEZ QUE FOR NECESSÁRIA ALGUMA ALTERAÇÃO NOS CRITÉRIOS**
- **O GOVERNO PODERÁ LANÇAR UM PACOTE NORMATIVO ÚNICO EM CONJUNTO COM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MT.**